

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

**LITERATURA "NO PAPEL" - COMPREENSÃO DA LITERATURA A PARTIR
DOS DOCUMENTOS OFICIAIS DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA¹
LITERATURE "ON PAPER" - UNDERSTANDING LITERATURE
GUIDELINES FROM BRAZILIAN LEGAL REFERENCES ON EDUCATION**

Anderson Amaral De Oliveira², Leandro De Godoy³

¹ Curso de Letras Português e Inglês. GPEI - Grupo de Pesquisa Interdisciplinar de Humanidades no Ensino Médio. Projeto de Pesquisa Caminho da Palavra: Leitura Literária e as Múltiplas Possibilidades no Ensino

² Professor do Curso de Letras Português e Inglês.

³ Bolsista PIBIC/Unijuí.

Resumo:

Este artigo investiga a visão de ensino de literatura considerando os documentos oficiais da educação brasileira e as proposições para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Como metodologia foi empregada uma pesquisa bibliográfica na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Orientações Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares Nacionais e na segunda versão Base Nacional Comum Curricular. Nossos resultados apontam para o Letramento Literário como uma possibilidade para o desenvolvimento do conhecimento através da vivência da leitura como uma prática social.

Palavras-Chave: Base Nacional Comum Curricular; Ensino de Literatura; Letramento Literário

Key Words: Common National Base; Literature Teaching; Literary Literacy.

Abstract: Literature is a central subject on citizen formation

This research paper investigates the vision of Literature Teaching considering Brazilian legal guidelines on education and the propositions for a Common National Base. As a methodology it was employed a bibliographical research on *Lei de Diretrizes e Bases (LDB)*, *Orientações Curriculares Nacionais*, *Parâmetros Curriculares Nacionais* and on the second version of *Base Nacional Comum Curricular* (Common National Base). Our findings point out Literary Literacy as a possibility for development of knowledge by experiencing reading as a social practice.

INTRODUÇÃO

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

Ao longo do tempo a literatura vem perdendo seu espaço nos currículos escolares, de forma que ela não conta mais com o *status* de disciplina, ou componente curricular, chegando a ser incorporada pela Língua Portuguesa nos PCNs e também pela Base Nacional Comum Curricular. E esse é um fenômeno minimamente curioso, uma vez que críticos, como Antonio Candido (1995), Tzvetan Todorov (2009) e Rildo Cosson (2009) ressaltam o poder de humanização proporcionada pela Literatura.

Candido nos traz a Literatura como direito de todo o cidadão, já que, segundo ele, literatura pode ser “toda criação de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis da sociedade em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, chiste, até formas mais complexas e difíceis da produção escritas das grandes civilizações” (CANDIDO, 1995). Se entendida dessa forma ampla, como proposta pelo autor, vamos constatar que o acesso à literatura se faz necessário de maneira permanente.

Incorrer na negação do acesso à Literatura seria, além de negar um direito, um ato de agressão, pois

[...] a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos libera do caos e nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. (CANDIDO, 1995)

Sendo ela justificadamente tão importante, é necessário um olhar mais atento para o papel que é dado à Literatura nos documentos oficiais, e como eles entendem que esse ensino deve ocorrer. Para tanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica nos documentos oficiais a partir de uma abordagem diacrônica das recomendações e pareceres para o ensino de Literatura que esses documentos trazem.

LDB, PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, ORIENTAÇÕES CURRICULARES NACIONAL E BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

O segundo documento mais importante da educação brasileira, estando abaixo apenas da Constituição Federal, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), ela não trata especificamente das disciplinas curriculares ou seus conteúdos. Ela trata da educação de uma forma abrangente, elencando mecanismos que possibilitam os sistemas de educação se viabilizem. É a partir dela que se desdobram todos os outros documentos relacionados à educação.

Desses mencionamos o PCNs de 1997, que se referem aos quatro primeiros anos da educação básica, que então, compunham o início do Ensino Fundamental, divididos em 1º ciclo (1ª e 2ª séries) e 2º ciclo (3ª e 4ª séries). Nesse documento não são tratados com ênfase o ensino de Literatura, apenas é rapidamente enfatizada a especificidade do texto literário, afirmando que “(...) é importante que o trabalho com o texto literário esteja incorporado às práticas cotidianas da sala de aula, visto tratar-se de uma forma específica de conhecimento” (BRASIL, 1997, p.29). Já ao

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

ensino da leitura é dado mais atenção, até mesmo indicando métodos, tais como: leitura colaborativa, rodas de leitura, atividades de leituras permanentes. O que é compreensível pois nessa etapa do aprendizado os alunos estariam iniciando a aquisição da leitura.

Em 1998 foram apresentados os PCNs para os anos finais do ensino fundamental, que compreendiam o 3º ciclo (5ª e 6ª séries) e 4º ciclo (7ª e 8ª series). Também nesse documento não tem uma designação específica para o ensino de literatura, ao longo do texto a Literatura é citada, mas como pano de fundo para a formação de leitores, e não como área com suas especificidades. Obviamente que para se tratar de literatura não é necessário ter um tópico especificamente sobre ela, poderia muito bem estar contemplada e permear todo o texto, porém não é o que acontece. E, por outro lado, se rádio e televisão ganham ênfase no ensino de Língua Portuguesa a ponto de constituírem um subtítulo, é no mínimo coerente que a Literatura também estivesse em destaque. Embora não se trate de valoração quantitativa de um gênero textual e discursivo sobre o outro, vale ressaltar a ênfase dada ao rádio e a televisão enquanto possibilidades pedagógicas, em detrimento às possibilidades interdiscursivas proporcionadas pelo estudo da literatura em sala de aula, talvez pelo caráter de obviedade, no entanto, segue esquecido pela redação oficial.

Nos PCNs de 2000, que tratam especificamente do Ensino Médio, há uma forte argumentação no sentido de não haver uma cisão entre Língua Portuguesa e Literatura, o documento ainda traz uma “situação de sala de aula”, como é descrita, na qual é solicitado a opinião dos alunos sobre Drummond, ao que eles responderam: “Drummond é literato porque vocês afirmam que é, eu não concordo. Acho ele chato. Por que Zé Ramalho não é literatura? Ambos são poetas, não é verdade?” (BRASIL, 2000, p. 17). Essa situação é descrita como real, e é usada para exemplificar a forma de ensino da disciplina de Literatura no Ensino Médio. Porém não é citado quantos alunos participaram desse debate, de qual ano do Ensino Médio pertenciam ou se foi realizado em outras escolas. Enfim, não é mensurado o *corpus* da situação apresentada em seu caráter científico.

Certamente o aluno pode, e deve expressar suas opiniões a respeito dos conteúdos curriculares, mas cabe ao professor filtrar essas opiniões e verificar o que realmente é pertinente ao ensino e o que irá ao encontro dos objetivos do planejamento pedagógico. Tomando o exemplo do texto acima, no qual o aluno diz que acha “Drummond chato”, ao professor é possível se furtar de tratar sobre esse poeta devido ao que o aluno acha, ou explicar que música e literatura são duas manifestações artísticas diferentes, e que a música pode sim ter poesia, mas não ser um poema. Para entender melhor pode-se lembrar Todorov, que diz:

“É verdade que o sentido da obra não se resume ao juízo puramente subjetivo do aluno, mas diz respeito a um trabalho do conhecimento. Portanto, para trilhar esse caminho, pode ser útil ao aluno aprender fatos da história literária ou alguns princípios resultantes da análise estrutural. Entretanto, em nenhum caso o estudo desses *meios* de acesso pode substituir o sentido da obra, que é seu *fim*. ” (TODOROV, 2009, p. 31)

Para o aluno entender a relação, quando ela existir, por exemplo, entre música, poema e poesia, ele precisa ter os conceitos, que servirão para auxiliá-lo nesse processo. Porém, não devem substituir o estudo da obra, que é o objetivo do estudo da própria disciplina. Dessa forma, o aluno

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

poderá se apropriar dela com mais segurança, porque terá os princípios necessários da teoria para uma leitura mais fundamentada e aprofundada.

Literatura e Língua Portuguesa não devem ser trabalhadas de forma encapsulada, sendo fins e si mesmas, como ressaltam os PCNs de 2000 para o ensino médio, uma vez que existem intersecções entre elas que não podem ser dissociadas. Por exemplo, como entender rimas ricas e rimas pobres nos poemas, sem compreender os conceitos de classes de palavras? Ou como entender o conceito de sílaba poética sem ter o conceito de sílaba gramatical? Por tanto, é muito benéfico tanto para os alunos como para as próprias disciplinas essa relação interdisciplinar entre Língua Portuguesa e Literatura, no entanto, se elas possuem pontos de contato, também possuem especificidades que não podem ser ignoradas, sob pena de acabar incorrendo em uma demasiada diluição do conhecimento.

Em 2002 e lançado o PCN+ que tem a função de complementar o PCN de 2000, no entanto é possível perceber na leitura, que a literatura novamente, ou ainda, é vista como um meio para os alunos alcançarem habilidades textuais. Vista dessa forma a literatura deixa de ter a função de proporcionar ao aluno fruição estética, e passa a ser meio para que ele chegue as habilidades e competências elencadas no documento.

Com as Orientações Curriculares Nacionais (OCN) de 2006, acontece um rompimento teórico na discussão do papel da literatura nos currículos escolares. Esse documento veio fazer clara e direta crítica aos PCNs anteriores, dando à Literatura um espaço de discussão próprio, não mais estando inteiramente diluído nos conteúdos de Língua Portuguesa. Logo no primeiro parágrafo do capítulo destinado a discutir os “Conhecimentos de Literatura”, é justificado o porquê das orientações:

As orientações que se seguem têm sua justificativa no fato de que os PCN do ensino médio, ao incorporarem no estudo da linguagem os conteúdos de Literatura, passaram ao largo dos debates que o ensino de tal disciplina vem suscitando, além de negar a ela a autonomia e a especificidade que lhe são devidas. (BRASIL, 2006, p. 49)

E segue:

Embora concordemos com o fato de que a Literatura seja um modo discursivo entre vários (o jornalístico, o científico, o coloquial, etc.), o discurso literário decorre, diferentemente dos outros, de um modo de construção que vai além das elaborações linguísticas usuais, porque de todos os modos discursivos é o menos pragmático, o que menos visa a aplicações práticas. (BRASIL, 2006, p. 49)

Dessa forma, a literatura recuperou a especificidade como disciplina, apesar da não autonomia, novamente foram reestabelecidos os limites que permitem a ela compor o grupo das artes, e a ser estudada respeitando o que lhe é próprio. O documento também ressalta que a literatura, até há pouco tempo era uma forma de distinção, era um marcador social ler Machado de Assis, José de

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

Alencar, dentre outros. Não se questionava se deveria ou não existir o ensino de literatura, mas, com o avanço do mercado e com a necessidade de mão-de-obra, floresce o ensino tecnicista para atender esse mercado em questão e com ele as artes acabam sendo suprimidas.

As OCNs justificam a permanência da Literatura nos currículos escolares também por seu caráter de humanização, citando inclusive Candido (1995), defensor desse aspecto que a Literatura possibilita desenvolver nas pessoas, à medida que as ajuda a compreenderem a si próprias e o outro. Nessa mesma linha de raciocínio é possível citar Todorov:

A literatura pode muito. Ela pode nos entender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro para fora. (TODOROV, 2009, p. 76)

E esse poder transformador a que o autor se refere é a humanização, da qual Antonio Candido fala, quando diz que “ela [a literatura] é fator indispensável de humanização” (CANDIDO, 1995, p. 243). Então, é primordial ver a Literatura como uma das mais promissoras formas de imergir os alunos nesse oceano que constitui a produção cultural da humanidade.

As OCNs além de chamarem a atenção da importância da literatura, ressaltam a importância do letramento literário dos alunos. Logo, um dos meios mais profundos de propiciar a compreensão da importância da obra literária por parte dos alunos é o letramento literário, dessa forma eles realmente poderão se apropriar de forma efetiva do que estão lendo.

No documento letramento literário é definido “[...] como estado ou condição de quem não apenas é capaz de ler poesia ou drama, mas dele se apropria efetivamente por meio da experiência estética, fruindo-o” (BRASIL, 2006, p. 55), ou seja, não basta que o aluno leia a obra, mas que ele a signifique e ressignifique. Ele deve se apropriar da obra, e ter condições de fruí-la, percebendo a estética do texto literário, tão diversa de outros, com seus rearranjos sintáticos, jogos fonológicos e semânticos.

É válido lembrar Rildo Cosson, para quem

O letramento literário é uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola. A questão a ser enfrentada não é se a escola deve ou não escolarizar literatura, como bem nos alerta Magda Soares, mas sim como fazer essa escolarização sem descaracterizá-la, sem transformá-la em um simulacro de si mesma que mais nega do que confirma seu poder humanizador. (COSSON, 2009, p. 23)

Para serem leitores literários é necessário que os alunos fruam, vivam e sintam o texto, e isso só é possível através do contato com o próprio texto, não por resumos, resenhas ou livros adaptados, pois “a escola e a universidade deveriam servir para fazer entender que nenhum livro

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

que fala de outro livro diz mais sobre o livro em questão (...)” (CALVINO, 1993, p. 12).

Como aponta o próprio documento, é preciso recriação, em especial do professor por si próprio. O professor que quiser levar, efetivamente, a literatura para a sala de aula precisa, antes demais nada, ele próprio ser um leitor literário, algo que é salientado nos OCNs:

É urgente que o professor, ele próprio, se abra para as potencialidades da literatura e faça um esforço para se livrar dos preconceitos didáticos que o obrigam a cobrir um conteúdo mensurável e visível, como são as escolas literárias, em prejuízo de um conteúdo menos escolarizado e mais oculto, que é a leitura *vagarosa* da Literatura, pensando-se sobretudo no romance, talvez o gênero mais popular dentre os literários. (BRASIL, 2006, p. 78)

Inclusive são apontadas propostas para o trabalho em sala de aula, como por exemplo ao trabalhar a narrativa o professor pode iniciar por gêneros literários mais curtos como contos ou crônicas, para que os alunos se ambientem com o texto literário, para depois serem inseridos em narrativas mais longas, como novelas e romances. Porém é de vital importância a leitura orientada pelo professor, no caso de textos curtos em um primeiro momento uma leitura silenciosa em sala de aula e depois uma leitura coletiva; no caso de gêneros mais longos, assim como recomendam as OCNs, os alunos precisam ter tempo para ler o texto, e esse tempo pode e deve ser tanto na escola como fora dela. Nesse caso o professor também pode destacar trecho mais significativos da obra e trabalhar em classe, sempre dando ao aluno a possibilidade de interagir e contribuir com os sentidos que ele construiu a partir da obra.

Por fim, em 2015 foi apresentada a primeira versão preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e em 2016 a segunda versão, sendo essa a mais atual. Na apresentação do documento é explicitado que a finalidade da BNCC:

Dado seu caráter de construção participativa, espera-se que a BNCC seja balizadora do direito dos/as estudantes da Educação Básica, numa perspectiva inclusiva, de aprender e de se desenvolver. Uma base comum curricular, documento de caráter normativo, e referência para que as escolas e os sistemas de ensino elaborem seus currículos, constituindo-se instrumento de gestão pedagógica das redes. (BRASIL, 2016, p. 25)

Assim, pretende-se que ela seja uma referência para as escolas na construção do currículo escolar, buscando um denominador comum nos conteúdos ensinados nas diversas unidades da federação, sem esquecer é claro da parte diversificada, que cabe aos estados e aos municípios definirem em âmbito local. Na BNCC a Literatura é apresentada como um campo dentro do componente curricular de Língua Portuguesa, que por sua vez está alocada dentro da Área das Linguagens. No documento em questão está claro que a leitura de obras literárias é essencial para o ensino de Literatura, afirmando que

A leitura do texto literário deve estar no centro das aulas de literatura, reposicionando os estudos teóricos. Importa, em primeiro lugar, que os/as estudantes envolvam-se em dinâmicas diversas de leitura que lhes possibilitem vivenciar experiências literárias formativas e também

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

conhecer a literatura de seu país. Essa formação envolve vincular os textos lidos ao seu contexto de produção - e aí entram, por exemplo, os estudos históricos - e deve possibilitar que o/a estudante reflita, no interior das práticas de leitura, sobre o próprio processo de constituição da literatura brasileira. (BRASIL, 2016, p. 507)

Dessa forma torna-se imprescindível o contato do aluno com o texto literário, sugerindo inclusive que os professores lancem mão da história da literatura para possibilitar a compreensão do aluno do contexto histórico-social no qual a produção da obra se deu. Vale ressaltar que fatos históricos devem se constituir em uma ferramenta a serviço da compreensão da obra, e não para periodizar e decorar datas e escolas literárias. Por esses meios o aluno será capaz de realizar uma leitura em um âmbito mais aprofundado, sendo capaz de entender no texto as escolhas estéticas e estratégicas utilizadas pelo autor, a historicidade, e, por fim, exercer o seu direito de vivência literária.

Não há, no documento, uma lista de livros a serem estudados, dando ao professor e a comunidade escolar a liberdade, e a responsabilidade, de construir essa de acordo com seus critérios. No entanto recomenda-se que se inicie o ensino de literatura por autores contemporâneos e siga para autores do cânone literário brasileiro, isso “por se considerar que o trabalho com textos mais próximos no tempo pode facilitar a interação do/a estudante com o literário” (BRASIL, 2016, p. 513). Também é ressaltada a importância de se abordar obras de autores locais e regionais, autores de literatura portuguesa e, se possível, autores latino-americanos e africanos.

A BNCC salienta ainda a importância da interdisciplinaridade no ensino de literatura com outras manifestações artísticas (música, teatro, dança artes plásticas), inclusive sugerindo modos de interação, tais como:

Analisar adaptações de narrativas literárias para o cinema, teatro ou TV, reconhecendo as especificidades e entrecruzamentos de linguagens”;
“Perceber aproximações entre a literatura e outras manifestações artísticas, como a música, as artes plásticas, a pintura e a arquitetura, considerado seu contexto de produção (BRASIL, 2016, p. 513)

Possibilitando, assim, que os alunos tenham a oportunidade de entender diversas manifestações da arte, não apenas de forma isolada ou individual, mas também como elas podem se relacionar entre si. Como um romance, por exemplo, pode servir de inspiração para uma peça teatral ou uma série de TV; ou um filme, pode ter como base a história de uma pintura; expandindo assim a compressão deles das diversas áreas do conhecimento, que não se restringem aos seus âmbitos disciplinares, que devem existir, mas que também se relacionam entre si e com a realidade.

Em abril de 2017 A terceira versão da BNCC é apresentada, contemplando a educação infantil e o ensino fundamental. Nela fica claro que se trata de “um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades de Educação Básica” (BRASIL, 2017, p. 7).

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

No que se refere a área das linguagens, a organização continua a mesma da versão anterior Sendo composta pelos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Artes, Educação Física e Língua Estrangeira Moderna (anos finais do ensino fundamental). Sendo que a Literatura permanece como eixo de Educação Literária dentro do componente de Língua Portuguesa, que conta ainda com outros quatro eixos organizadores: Oralidade, Leitura, Escrita e Conhecimentos Linguísticos e Gramaticais.

O eixo da Educação Literária pretende proporcionar habilidades aos alunos para se tornarem leitores literários, através do contato efetivo do texto literário, deixando claro a intencionalidade do ensino e da vivência da Literatura:

Não se trata, pois, no eixo Educação literária, de ensinar literatura, mas de promover o contato com a literatura para a formação do leitor literário, capaz de apreender e apreciar o que há de singular em um texto cuja intencionalidade não é imediatamente prática, mas artística. (BRASIL, 2017, p. 65)

Logo pretende-se que o aluno seja capaz de, através do contato da obra, ter deleite estético e fruição literária, sem todavia, muni-los de meios que possibilitem esse experiência com a literatura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o objetivo desse texto foi compreender a transformação do papel do ensino de literatura de acordo com os documentos oficiais de educação, foram realizadas leituras dos PCNs (1997, 1998, 2000 e 2002), OCNs e da BNCC. Com base nelas é possível constatar que a importância dada a Literatura está novamente em evidência. O atual tratamento à literatura e a negligência de seu papel central no processo formativo dos sujeitos, o que resulta também nos baixos índices de proficiência em leitura, conforme relatórios de avaliação do PISA (OECD, 2012) e Unesco (UNESCO, 2015), são resultados de uma confluência de diversos fatores que vão desde a formação insuficiente dos professores, até a ausência de uma proposta efetiva de educação a longo prazo, que ocorra de modo paralelo à projetos políticos e ideológicos de governo. Cada novo governo sente a necessidade de impor a sua visão de educação, sendo recentemente aprovada pelo Senado Federal a Medida Provisória 746, ou Novo Ensino Médio, após mudanças radicais posteriores a um processo político de *impeachment* no governo brasileiro, desconsiderando anos de trabalho realizado entre professores, pesquisadores e comunidades escolares. Essa instabilidade nas políticas da educação torna ainda mais visível a importância central que a literatura e o ensino de humanidades têm na formação humana de cidadãos questionadores e autônomos, o que certamente não interessa a determinados projetos de poder.

Para a mudança da compreensão atual da relevância da Literatura, reconhecer suas especificidades é importante, porém não basta. É necessário que seu ensino na escola tenha como objetivo o contato com o texto literário efetivamente, como ressaltam as OCNs e a BNCC, já que o

Evento: XXII Jornada de Pesquisa

uso de atalhos, tais como filmes, resumos e resenhas de obras literários, não proporcionam fruição literária e experiência estética formativas, e sim, quando muito, um conhecimento de aspectos superficiais de elementos da narrativa. Esses documentos também trazem uma alternativa para os professores trabalharem a Literatura de forma real: o letramento literário, podendo se converter em uma alternativa para substituir as aulas de literatura extremamente voltadas para períodos históricos ou muito diluídas em conteúdo de Língua Portuguesa.

Dessa forma, formando leitores literários, a Literatura estará sendo vivida e revivida por eles, não mais apenas “no papel”, e sim na realidade cotidiana das pessoas, que serão capazes de exercer com propriedade o direito à Literatura e a uma formação integral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Parâmetros Curriculares nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília, 1997.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília, 1998.

_____. *Parâmetros curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília, 2000.

_____. *PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília, 2002.

_____. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*. Brasília : Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2016.

_____. *Base Nacional Comum Curricular 2ª versão*. Brasília : Ministério da Educação, 2016.

COSSON, Rildo. *Letramento Literário: teoria e prática*. 2 ed. São Paulo : Contexto, 2009.

TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro : DIFEL, 2009.